



3133 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

A POLÍTICA HIGIENISTA PARA A INFÂNCIA NO NOVO ALMANAQUE DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO (1855-1910)
Laura Maria Silva Araújo Alves - UFPA - Universidade Federal do Pará

A POLÍTICA HIGIENISTA PARA A INFÂNCIA NO NOVO ALMANAQUE DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO (1855-1910)

O trabalho destaca a circulação da política higienista para a infância materializados no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileira, que objetivava orientar as mães de como cuidar da higiene infantil. O Almanaque foi uma publicação que circulou entre os anos de 1851 e 1932, ininterruptamente, em Portugal, no Brasil e nas colônias portuguesas na África. Analisamos por meio desta fonte, o alcance e as implicações das políticas higienistas sobre a infância luso-brasileira, assim como, os significados e sentidos na concepção de infância que se materializou em Portugal e suas influências nos intelectuais e reformadores da educação no Brasil. Nas matérias sobre a infância catalogamos discursos de médicos higienistas que utilizavam uma linguagem didática e educativa para informar as mães e educadores de como lidar com a infância. Além disso, verificamos informações sobre a criança e a infância em vários discursivos higienistas. Constatamos que havia uma troca de informações sobre a criança e a infância que determinavam a circulação de um discurso higienista arquitetado sob a égide da civilidade e de elementos das ciências médicas.

Palavras-Chave: Almanaque. Infância. Higienismo. Criança.

CPF: 13768476200

A POLÍTICA HIGIENISTA PARA A INFÂNCIA NO NOVO ALMANAQUE DE LEMBRANÇAS LUSO-BRASILEIRO (1855-1910)

O trabalho destaca a circulação da política higienista para a infância materializados no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileira, que objetivava orientar as mães de como cuidar da higiene infantil. O Almanaque foi uma publicação que circulou entre os anos de 1851 e 1932, ininterruptamente, em Portugal, no Brasil e nas colônias portuguesas na África. Analisamos por meio desta fonte, o alcance e as implicações das políticas higienistas sobre a infância luso-brasileira, assim como, os significados e sentidos na concepção de infância que se materializou em Portugal e suas influências nos intelectuais e reformadores da educação no Brasil. Nas matérias sobre a infância catalogamos discursos de médicos higienistas que utilizavam uma linguagem didática e educativa para informar as mães e educadores de como lidar com a infância. Além disso, verificamos informações sobre a criança e a infância em vários discursivos higienistas. Constatamos que havia uma troca de informações sobre a criança e a infância que determinavam a circulação de um discurso higienista arquitetado sob a égide da civilidade e de elementos das ciências médicas.

Palavras-Chave: Almanaque. Infância. Higienismo. Criança.

INTRODUÇÃO

O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro foi uma publicação que circulou entre os anos de 1851 e 1932, ininterruptamente, em Portugal, no Brasil e nas colônias portuguesas na África. Criado por Alexandre Magno de Castilho (irmão do escritor português Antonio Feliciano de Castilho), o Almanaque adota, em seus quatro primeiros números, o título de Almanaque de Lembranças; a partir do quinto número, surge a nomenclatura que normalmente se utiliza quando à referida publicação é tratada como objeto de estudo (justamente o nome de Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro). Por fim, a dita publicação altera novamente o seu nome para Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, vigorando até sua última edição, em 1932.

Os Almanques de Lembranças Luso-Brasileiro encontram-se no acervo do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e na (BPE) Biblioteca Pública de Évora à disposição dos investigadores brasileiros e portugueses. No levantamento que realizamos foi possível constatar que não há estudos sobre a infância no ALLB.

Este trabalho faz parte da pesquisa a ser desenvolvido no projeto "A circulação dos discursos sobre a infância entre Brasil e Portugal no Novo Almanaque Luso Brasileiro de 1851-1932". O referido projeto tem como objetivo investigar a política higienista para a infância no Novo Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro (ALLB)¹¹ a partir dos discursos materializados para construção da historiografia da infância no Brasil e em Portugal nas edições publicadas ao longo de 81 anos de sua publicação entre 1851 a 1932. Para este trabalho questionamos: *Que políticas higienistas sobre a infância e a criança aparecem no ALLB? Que temáticas sobre higienismo para a infância e a criança são recorrentes no ALLB? Que intelectuais escreviam sobre higienismo nas matérias sobre a infância e a criança no ALLB?*

O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte abordamos uma breve concepção de almanaque como objeto da cultura material e de leitura; na segunda parte apresentamos uma breve concepção das políticas higienistas; na terceira parte o procedimento metodológico da pesquisa com ALLB; na quarta parte os resultados e análise dos dados da pesquisa sobre a política higienista para a infância e a criança materializados nas matérias presentes no ALLB.

CONCEPÇÕES DE ALMANAQUE

Os almanques estão diretamente relacionados a história cultural, a história da leitura no país e principalmente no campo da cultura material e dos impressos. Segundo Botrel (2001, p.17), os almanques como outros objetos do campo da cultura material ou de estudos de imprensa vem a muito tempo sendo utilizada e distribuídos para divulgação de informações “no Brasil como também em vários outros países da América Latina ou da Europa”.

Os textos, letras e imagens apresentadas nos almanques indicam que eles tiveram um papel importante ao logo dos séculos e que informaram saberes aos leitores. Apesar das suas variedades, os almanques além de disseminarem conhecimentos e saberes se configuravam como um discurso que articulavam palavras-imagens-ideia. O movimento de circulação dos almanques no campo da medicina, educação, cultura e literatura era indubitavelmente importante para o afloramento de saberes civilizados, pois atingia um grande público.

Segundo Park (1999, p. 65), os almanques eram destinados a um público com pouca alfabetização, mas também para pequenos comerciantes, militares, clero, nobres e ministros. Havia também almanques destinados exclusivamente a um público. Nos anos de 1890 a 1892, no Rio de Janeiro, havia a circulação do Almanaque das Fluminenses” destinadas às senhoras. Houve também, no ano de 1887, a criação do Almanaque Parol da Medicina elaborado pela Drogaria Granado do Rio de Janeiro^[2], que serviu de modelo para outras farmácias, tinha sua distribuição gratuita e circulou de 1887 até a década de 40 do século passado.

Outro Almanaque de laboratórios que eram apreciados pelos leitores brasileiros foi o Almanaque Biotônico Fontoura^[3] que era distribuído pelas dez filias do laboratório Fontoura no Brasil. O primeiro número, em 1920, foi elaborado a capa por Monteiro Lobato, com triagem de aproximadamente 50 mil exemplares.

O Almanaque surge em razão do Biotônico que apresentava uma composição de extratos de plantas aromáticas, tônicas e eupépticas (substâncias que auxiliam no processo digestivo), ferro, fósforo e teor alcoólico de 9,5%. Fundado pelo farmacêutico Cândido Fontoura^[4], o Biotônico era uma medicação capaz de mudar a vida da criança, pois a tornava mais disposta e com muita energia. Além disso, transformava a apatia e preguiça da crianças em bom desempenho. Como escrevia para o jornal *Estado de São Paulo* sobre saúde, Cândido Fontoura escreve um artigo intitulado “*A saúde Pública e as Farmácias*” que tem uma grande repercussão devido a morte 50 crianças, em 1913, em Recife, no Asylo dos Expostos, vítimas de erro na administração de Vermífugo (medicação para combater os vermes intestinais). O referido farmacêutico defendia uma legislação e fiscalização que atendesse adequadamente às crianças e que se evitasse à mortandade infantil.

No prefácio do livro *História e leitores de Almanques no Brasil*, Roger Chartier (PARK, 1999, p. 09-13) ressalta que o Almanaque é um formato popular que tem como “leitores pertencentes aos meios mais pobres e mais humildes da sociedade”, pois “é um livro destinado a todos e que todos, mesmo os menos letrados ou os analfabetos, podem ler”, e diz mais: “desde o século XVIII ou o século XVII, mesmo antes”, o almanaque “é um gênero ao mesmo tempo literário e editorial utilizado para difundir textos de natureza extremamente diferentes”. Devido esse seu caráter, o almanaque é um livro, “ao mesmo tempo, útil e prazeroso, didático e de devoção, tradicional e esclarecido.

Park (1999) no livro *História e Leitura de Almanques no Brasil* traz a definição de Le Goff (1992, p. 527) sobre almanques. Ele define que como “ilustrado com signos, imagens, o almanaque dirigia-se aos analfabetos e a quem lê pouco”. E diz mais sobre a definição de Le Goff:

Reúne e oferece um saber para todos: **astronômico**, com os eclipses e a fase da lua; **religioso e social**, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio da família; **científicos e técnico**. Com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene, histórico com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; **utilitários**, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; **literários**, com anedotas, fábulas, contos; e finalmente **astrológicos**. Na sua forma popular interessa ao pastor e ao camponês (LE GOFF, 1992, p. 527. **Negrito nosso**)

O primeiro Almanaque surgiu na Europa em meados de 1455 (LE GOFF, 1992). Na Idade Média eram escritos em pergaminhos e colados à capa dos livros de orações. Com o surgimento da imprensa, rapidamente os almanques foram ampliados e difundidos. Entre os Almanques mais apreciados estava “O Almanaque de Nostradamus” que trazia profecias. Por volta dos séculos XVII e XVIII surgem os almanques literários que tiveram uma grande repercussão entre os povos (PARK, 1999, p. 47).

Na concepção de Bollème (1965), vários eram os temas nos almanques dos séculos XVII e XVIII como: tempo, previsões, eclipses da fase da Lua, calendários; festas religiosas; signos astrológicos; anedotas; fábulas; contos; conselhos para viver bem; fatos estranhos e admiráveis da natureza (tais como inundações e tremores da Terra; saúde; informações sobre pragas, pestes e a fome; conselhos culinários; divertimentos; religião; vida-morte, corpo-alma; orações; provérbios; história, monumentos, igrejas, hospitais e construções antigas etc. (PARK, 1999, p. 59). Enfim, Bollème (1969) considerava o almanaque constituídos de um discurso com dimensão Moral, Social e Política, pois ao longo dos anos os almanques sofreram alterações para se adaptarem aos outros contextos e preocupação humana. Contudo, o para o autor os almanques permaneceram atrelados a seguinte tríade: o saber, a ciência e a história.

POLÍTICA HIGIENISTA PARA A INFÂNCIA

A infância do início do século XIX e início do século XX estava atrelada as preocupações dos médicos higienistas que estavam dispostos a enfrentar o “problema da infância” por meio de medidas higienizadoras, como por exemplo, uma política de orientação de como as mães deveriam educar, cuidar e higienizar os seus filhos. A atuação desses médicos higienistas foi o que instituiu um novo modelo filantrópico de assistência, que iria combinar intervenção pública, filantropia e ciência médica. Fundam-se nesta época as bases da puericultura no Brasil, definida de como a ciência que trata da higiene física e social da criança. Nascido na Inglaterra e na França no século XVIII, a base da puericultura estava na orientação à higiene da maternidade e da infância.

No contra fluxo dessa política havia uma alarmante taxa de mortalidade infantil. As crianças eram as maiores vítimas das doenças que apareciam: varíola, febre amarela, lepra e tuberculose. A concepção médico-higienista que embasava o projeto civilizador do final do século XIX, estabelecia muitas diretrizes para a formação de uma nova sociedade moderna e civilizada. Entretanto, a preocupação com a criança estava atrelada à mortalidade infantil e ao abandono de crianças ainda na primeira infância.

Indubitavelmente, a criança era o foco principal para o estabelecimento de uma nova sociedade e as ações de assistências e proteção começavam a ser desenvolvidas mediante uma política higienista que combatesse a mortalidade infantil e a orfandade, que era o grande flagelo do século XIX tanto no Brasil com em Portugal. O movimento higienista coadunou com intervenções nos serviços de saúde e de assistência para melhoria das condições da criança. Além disso, esses serviços ampliavam-se para as crianças que adoeciam ou morrido a mãe, a criança estaria enquadrada na categoria de “crianças desamparadas”, “desvalida” e “órfão”.

Os preceitos médicos seguiam o ideário higienista que já vinha influenciando a medicina brasileira e portuguesa. Para os médicos higienistas de ambos os países, as mulheres tinham hábitos culturais extremamente prejudiciais no cuidado com a criança, levando-os a crer que situação da criança era preocupante. Além disso, a pobreza e as precárias condições sanitárias das cidades aceleravam a fragilidade das crianças e de suas famílias. Logo, a sobrevivência da criança dependia também de medidas estabelecidas pelas autoridades e reformadores no sentido de “salvar a

criança” da mortalidade e do abandono. Enfim, o higienismo surge como uma política que corroboraria com o ideário de desenvolvimento da nação.

A política higienista tinha como principal intenção trazer hábitos saudáveis no tocante à educação e a higiene dos corpos. Para os médicos higienistas era necessário que se impedisse a proliferação de doenças e de hábitos que prejudicassem o desenvolvimento das crianças. Para isso uma série de prescrições sobre higiene foi gradativamente sendo instalado nos espaços urbanos e rurais, públicos e privados, asilos e internatos de crianças. O movimento higienista tinha como intenção diminuir as mazelas que assolavam a infância, imprimindo um ideário nos cuidados com a saúde e sua higiene. Acreditavam os médicos higienistas que com o ensino de novos hábitos higiênicos resolveriam o problema da população pobre.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Em um estudo exploratório que realizamos, em 2016, em Portugal encontramos a coleção do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro na Biblioteca Pública de Évora. Na ocasião tivemos possibilidade de constatar a presença da infância brasileira e portuguesa materializados nas edições de 1854 a 1910. O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro (ALLB) ao que tudo indica apresentava um discurso que se arquitetava de forma antagonísticos: de um lado, o domínio da civilização europeia (Portugal) e, de outro lado, aspectos da América (Brasil) que se mostrava muito longe da modernidade e civilidade, além disso, destacava um discurso que enaltecia a exuberância da natureza.

Ao que se sabe, a tiragem do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* chegou a alcançar aproximadamente 20 mil exemplares, e somente para o ano de 1857. No ano de 1857, havia a previsão de uma tiragem de 24 mil exemplares. O sucesso do ALLB foi tanta que a sua circulação foi imediata no Brasil, em Portugal e em suas províncias ultramarinas africanas e asiáticas. Por conta da sua receptividade e penetração de vários textos do ALLB em Portugal e suas Colônias que foi preciso algumas edições serem reeditadas.

Segundo Castilho, seu criador, o ALLB tinha o propósito de informar e divulgar informações que aconteciam em Portugal e nas Colônias. Nos arquivos da Biblioteca Pública Évora, em Portugal, identificamos um acervo extraordinário dos Almanques de Lembranças Luso-brasileira como fonte documental que evidencia a circulação de várias informações de Portugal e de suas Colônias entre os séculos XIX e XX.

RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

Há ao longo das 45 edições encontramos matérias diversas sobre a infância e a criança destacando temáticas como: cuidados com a infância, educação, higiene infantil, poemas de infância, saúde infantil, superstições na infância, trabalho infantil etc.

Neste estudo exploratório foi possível perceber que há um discurso materializado sobre historiografia da Infância nos Almanques de Lembranças Luso-Brasileiro (ALLB) que ao longo do oitocentos e novecentos determinavam as problemáticas e preocupações sobre o universo da criança. As matérias são distribuídas em várias seções temáticas e gêneros textuais escritos por vários intelectuais: educadores, médicos, religiosos e literatos do Brasil e Portugal sobre a infância.

Após esse estudo exploratório percebemos que a historiografia da infância Brasileira e Portuguesa estão construídas com o intuito não somente de informar o seu leitor, mas, sobretudo de mostrar que a infância precisava de atenção e cuidados. Por se tratar de uma publicação destinada também ao público feminino, o Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro foi, sem dúvida, um instrumento de circulação que disseminou ideias, concepções e princípios sobre a criança e infâncias. Impresso em formato de livro de bolso, o ALLB funcionava como um manual prático de consulta para as mães.

Sem dúvida, o ALLB se deu numa época em que este gênero de publicação alcançara, em Portugal e no Brasil, incontestável relevância e extensão, em razão da divulgação de matérias de intelectuais dos dois lados do Atlântico. No Brasil, os leitores logo perceberam seus benefícios e, principalmente, a possibilidade de atingir o público feminino quanto ao desenvolvimento cultural das respectivas nações. Como se vê, o ALLB foi um importante espaço de divulgação de ideias e de conhecimentos para as mulheres e mães de família.

A seguir apresentamos uma breve análise sobre o Novo Almanaque Luso-brasileiro e a presença de matérias sobre a criança e infância relacionadas com as políticas higienistas nos eixos: (1) Mortalidade Infantil; (2) Higiene e cuidados com a criança; (3) Trabalho Infantil.

MORTALIDADE E O ABANDONO NA INFÂNCIA

Com o raiar da República, tanto no Brasil como em Portugal, a mortalidade infantil tornou-se um problema mais intensamente discutido, uma vez que a infância foi concebida como o “embrião” de civilidade, ou seja, a criança necessitava ser “saudável”, “forte” e “robusto” para ser capaz de contribuir para o progresso das duas Nações, por isso, as crianças, enquanto “as sementes do futuro”, necessitavam ser cuidadas, assistidas e protegidas. É neste cenário que, tanto em Portugal como no Brasil, surge a preocupação com a infância, que passava a ser considerada importante para o progresso do país, ou seja, descobre-se a infância, e a necessidade de se constituir uma sociedade sadia, moral e fisicamente forte, que pudesse dar continuidade aos processos de modernização dos referidos países. Como se sabe, a problemática da elevada mortalidade das crianças nos países civilizados era algo inaceitável para as elites urbanas reformistas, uma vez que estava em desacordo com os anseios republicanos de ordem e progresso instalado em todo o Brasil e em Portugal.

Com relação à Mortalidade Infantil encontramos vários poemas nos Almanques que representam o maior flagelo nos dois países. Destacamos então o poema “*Na campã d’uma creança*” (1906, p. 226) e “*A minha querida Neta Irene*” (1910, p. 53), escritas por Manuel de Mendonça Torres e Visconde de S. Boaventura, respectivamente.

A MINHA QUERIDA NETA IRENE

Creança tão linda,

Tão cheia de vida,

O céu te proteja

Com almo sorrir

E a vida te seja

Perenne florir

Tu gosa, creança,

A flor, tua irmã,

Revive e floresce

A luz da manhã

NA CAMPA D'UMA CRIANÇA

Era um anjo de pureza,

Luminosa como o dia,

Que a implacável morte fria

N'um momento aos pais roubou

A deixar a estreiteza

Do mundo torpe e mesquinho,

Como um meigo passarinho

Ligeiro ao céu voôu.

Os dois poemas trazem como tema a "morte de crianças". Há um discurso que representa a imagem da criança com significado e sentido. Os poemas apontam a criança como um sujeito com uma representação que vai ao encontro da criança com um ser que é "anjo" e "constituído de pureza "pureza". Além disso, a criança é um ser "meiga" e "luminosa". Os poemas descrevem as crianças com "linda", "cheia de vida", "perene flor", "luz da manhã" e "almo sorrir". Ambos os poemas apontam a morte como aquela que roubou a criança de seus pais e que é definida como "morte fria". No início do século XX a mortalidade infantil era assustadora na Europa e Brasil. A representação da implacável morte na infância deixava um sentimento de perda para os pais e familiares como a de um "anjo" que com sua "pureza e luz" segue meigo como um passarinho. Indubitavelmente, a morte na infância era recorrente entre as famílias brasileiras e portuguesas. No ALLB era um espaço em que a família por meio dos poemas publicados no ALLB, além de expressar sua tristeza e sentimento diante da perda da criança, também noticiava a morte da criança. A maior parte dos poemas eram escritos por pais, padrinhos, irmãos e outros parentes como forma de homenagear a criança falecida.

No decorrer do século XIX, tanto em Portugal como no Brasil, havia uma grande preocupação com a criança, sobretudo questões referentes aos cuidados, assistência e proteção à infância. O óbito de crianças era considerado à época como um sério problema, muito por conta da miséria, da pobreza e da falta de conhecimentos voltados para alimentação e cuidados com a higiene da criança, bem como pela própria fragilidade física destes pequenos sujeitos. Sabe-se que na primeira década do século XIX apenas uma pequena parcela de crianças chegava à vida adulta.

Na busca de informar a população principalmente as mães de como cuidar dos filhos e assim atender satisfatoriamente à infância, os Almanaqueiros eram instrumentos de informações práticas para combater a mortalidade infantil e orientar as mães e famílias nos cuidados com a criança.

Sobre o abandono encontramos uma matéria intitulada "*Misérias Sociais: proteção aos abandonados*". A referida matéria chama a atenção do leitor para as condições de abandono de crianças. Em geral essas crianças se apresentavam "descalças" e expostas ao "frio, com rosto pálido". Destaca ainda a matéria que essas crianças não encontravam nenhum carinho de mãe, mas pela sua fragilidade e pureza sempre estavam com um sorriso no rosto e com "*bons sentimentos*". Há um discurso na matéria que expõe ao leitor que ao abandono estão sujeitas as crianças pobres; e que é um verdadeiro "*crime social*". Alerta ainda o artigo que se as crianças permanecerem nestas condições de abandono certamente se tornarão homens que farão parte de uma legião dos "*vadios e criminosos*", "*inimigos do trabalho*", por não terem a oportunidade de alguém que pudesse guiá-los. Destaca que essas crianças abandonadas em razão da "*pobreza, da miséria e do vício*" se envolvem precocemente com o primeiro crime, essa iniciação é fatal: "*cometido o primeiro, não seguem outro caminho. A sociedade, por intermédio dos tribunais, condena-os severamente, não vendo que esses criminosos são a sequência lógica de um produto do meio que vivem*".

HIGIENE E CUIDADOS COM A CRIANÇA

ALLB de 1905 (p. 297-298) surge o artigo intitulado "*Doenças das Crianças*". O artigo aborda que a infância está sujeita a um grande número de enfermidades, que são causadas em parte pela detestável orientação que predomina em muitas famílias com respeito à higiene infantil. Indicava que o leite materno era essencial para o desenvolvimento das crianças. Indicava ainda que na falta deste, era aconselhado uma ama de leite. No artigo há um discurso de que a lactação artificial provocava uma indigestão e que a alimentação sólida, ministrada prematuramente, acarretava doenças que afligiam e matavam as crianças.

No contexto brasileiro do século XIX e início dos XX muitas crianças morriam ainda na primeira infância de diversas doenças como: infecção intestinal, gastroenterite, febre intermitente, infecção pulmonar, dentição, diarreia, verminoses etc^[5]. Em decorrência do grande número de óbitos de crianças as famílias apressavam imediatamente o batismo para os primeiros dias de vida, pois contavam com a morte breve de suas crianças. Não muito diferente, em Portugal médicos, educadores e outros profissionais também tentavam estabelecer políticas que combatesse à mortalidade infantil.

Outra temática sobre a infância e criança surge no ALLB de 1905 (p.185-186) no artigo "*Somno Infantil*". O artigo começa com um enunciado que defende a necessidade de dormir e a duração do sono na criança. Era indicado que as crianças deveriam dormir mais de noite que de dia e principalmente sem a companhia das mães e amas. E que também o berçinho não deve apresentar riscos da criança se sufocar. No mais, o artigo definia também o tempo do sono que não poderia exceder a 10h. Dormir de costas era prejudicial, pois "o movimento respiratório aquece a medula espinhal e dispõe para as afecções nervosas". A posição normal é de lado, e mais do direito do que do esquerdo.

No ALLB de 1907 (p.201) encontramos um artigo intitulado "*Higiene das Crianças*" que aborda os perigos dos primeiros meses de vida da criança pequena que deveria utilizar vestimentas mais adequadas e que deveria ter uma educação mais livre, de exercícios e de permanente contato com a natureza. Indicava que as crianças deveriam brincar à beira mar com os pés na água. Tal prática não era recomendada pelos médicos em razão de ser um risco para a saúde da criança. Aponta ainda o texto que as praias e os banhos de mar eram benéficos às crianças.

No ALLB de 1892 (p. 475) há um texto intitulado "*A coqueluche*". É um texto escrito para orientação das mães sobre a doença que afetava muitas crianças nos finais dos séculos XIX e XX e receitava a utilização de um remédio que deveria salvar muitas crianças já que havia um surto que tinha atingido 30 crianças. O remédio consistia em insuflações no nariz de um rico pó impalpável composto em partes iguais de ácido bórico e de café torrado, pó que é um verdadeiro antisséptico.

No ALLB de 1905 (p. 300) encontramos o artigo com o título "*A mãe e sua influência no desenvolvimento psíquico do filho*". Reforça a ideia de que a mãe era responsável pela educação dos filhos. Aponta que a natureza destinou a ela a confiança, preparação e inteligência da mãe, pois no primeiro ano de vida da criança a mãe deve começar a pensar no seu desenvolvimento e educação das suas faculdades psíquicas. Outro aspecto abordado no artigo refere-se à desobediência da criança. Indicava que os castigos corporais não deveriam ser tão severos que impulsionssem profundas reações as crianças.

No início do século XX, com o advento da ciência moderna, começa-se a se preocupar com a mortalidade de crianças, ao produzir estudos

referentes às descobertas da origem de muitas doenças, assim como de métodos preventivos e medicamentos para tratá-las, e no caso da infância, especificamente, alguns pesquisadores começaram a produzir estudos voltados para esse seguimento social, os quais se referiam à alimentação da criança, a saúde das mães, ao parto, às peculiaridades do recém-nascido, ao banho, às vestimentas e, sobretudo às pesquisas que se ocuparam das doenças que mais acometiam as crianças.

No ALLB de 1927 encontramos um artigo escrito pelo Dr. Joaquim Gonzales sobre "Medicina Familiar: aftas e sapinhos" que discute o aparecimento de pequenas manchas vermelhas, sobre as quais, veem vesículas cheias de um líquido branco. Apontava a matéria que essa enfermidade da mucosa bucal causava desconforto nas crianças e estava associada à ingestão de leite de vaca, cabra e ovelhas. Como medida profilática era necessário a rejeição do leite dos animais suspeitos. E no caso de utilizar o leite era recomendado que o leite fosse fervido e esterilizado. O artigo indicava ainda o tratamento com uso de óleo de planta *cristi*, gargarejo de clorato de potássio, água iodurada e oxigenada, água de Vichy e da água de cal no leite

No início do século XX sobressaía-se as orientações dos médicos higienistas no atendimento das crianças pobres tanto no Brasil como em Portugal. Dispostos a enfrentar o "problema da infância" por meio de medidas higienizadoras, os médicos no intento de defender a assistência materno-infantil publicavam constantemente artigos de orientações de como as mães deveriam cuidar dos aspectos físicos e moral dos seus filhos. A atuação desses médicos higienistas foi o que instituiu um novo modelo filantrópico de assistência, que iria combinar intervenção pública, filantropia e ciência médica. Fundam-se nesta época as bases da puericultura no Brasil e em Portugal, definida como a ciência que trata da higiene física e social da criança. Nascido na Inglaterra e na França no século XVIII, a base da puericultura estava na orientação à higiene da maternidade e da infância.

TRABALHO INFANTIL

No ALLB de 1897 (p. 249-250) foi publicado o artigo "*Proteção às Crianças*" que destacava o "*trabalho infantil*" e "*crianças operárias*" da sociedade moderna. O artigo traz uma reflexão sobre o "trabalho infantil" que causavam em geral atrofia e prejudicavam o desenvolvimento das crianças. Contudo, o artigo defendia que deveria haver medidas para proteger o trabalho infantil nas fábricas, sobretudo de crianças com idades para admissão nas fábricas. Tais preocupações eram legítimas em razão do número significativo de crianças que se acidentavam no trabalho.

O trabalho infantil era uma preocupação dos médicos higienistas. No Brasil, sabe-se que desde a Colônia as crianças indígenas foram educadas pelos jesuítas através da catequese, do trabalho, e dos castigos físicos. Enfim, as crianças eram submetidas a uma pedagogia de rígida disciplina que incluía o medo, trabalho e oração. No Império as que sobreviviam a primeira infância eram imediatamente colocadas no mundo do trabalho, sobretudo as crianças pobres. O trabalho infantil era recorrente na vida das crianças na Europa após revolução Industrial. Até mesmo na Idade Média já havia uma concepção naturalizada de que a criança a partir dos 7 anos já podia entrar no mundo do trabalho. Esta prática se disseminava entre tantas razões a da falta de apego e de reconhecimento da infância para a sociedade.

Por volta do início do século XX, com um quadro social de pobreza, as crianças passaram a trabalhar como operárias, ocupando os empregos dos adultos, em troca de uma remuneração. Os pais pobres queriam que seus filhos trabalhassem para aumentar os rendimentos da família. No mais, eles (pais) atribuíam ao trabalho infantil uma certa educação humanista, moralizador e disciplinador, ou seja, era uma forma de profissionalização e de controle da vadiagem e vagabundagem. Enfim, nos primeiros anos da República, os governos mediante uma política de promoção da "profilaxia social", acreditavam que por meio do trabalho a criança poderia ser disciplinada. Educar e disciplinar pelo trabalho estava diretamente ligada à criação de uma população infantil afastada da vadiagem e criminalidade infantil. Contudo, as péssimas condições de trabalho, maus tratamentos, alimentação inadequada e, principalmente, jornadas ininterruptas de trabalho contribuíam para o surgimento de acidentes e doenças graves que levavam muitas crianças ao óbito.

Em Portugal do século XIX, a mão de obra infantil estava diretamente relacionada a solucionar problemas urbanos. Por meio do trabalho infantil as crianças portuguesas garantiam o sustento de toda a família pobre, sendo inclusive a única alternativa da criança para não morrerem de fome. Assim como no Brasil, em Portugal os acidentes com crianças no trabalho eram frequentes e recebiam críticas acirradas dos médicos higienistas. As doenças adquiridas em razão das péssimas condições de trabalho provocaram também uma preocupação das autoridades médicas.

Diante desse quadro, os médicos higienistas prescreviam recorrentemente controle mais severos nas inspeções de fábricas e de locais de permanente trabalho desenvolvido por crianças. No ALLB encontramos artigos dos mais diversos gêneros textuais que destacavam uma preocupação com o trabalho infantil desde o século XIX. No artigo obtido no ALLB é possível constatar que a naturalização do trabalho infantil atravessava o Atlântico e que começou a ser um assunto na pauta dos médicos higienistas que, de um lado, prescreviam ações amenizadoras para combater à exploração das crianças no trabalho, de outro lado, por meio de artigos científicos apresentavam os efeitos nocivos do trabalho no desenvolvimento físico e mental das crianças. O ALLB circulou numa época em que este gênero de publicação alcançara, em Portugal e no Brasil, incontestável relevância e extensão, em razão da divulgação de matérias de intelectuais dos dois lados do Atlântico. No Brasil os leitores logo perceberam seus benefícios e a possibilidade de atingir o público feminino quanto ao desenvolvimento cultural das respectivas nações. O ALLB foi um importante espaço de divulgação de ideias e conhecimentos para as mulheres.

CONCLUSÃO

O ALLB foi um instrumento de circulação que disseminou ideias, concepções e princípios sobre a criança e infâncias. Impresso em formato de livro de bolso, o ALLB funcionava como um manual prático de consulta para as mães.

No ALLB se investigou matérias a política higienista, a criança e a infância nos dois países. Portanto, procuramos analisar o alcance e as implicações dos discursos dos médicos higienistas sobre a infância luso-brasileira, assim como, compreender os significados e sentidos na concepção de infância que se materializou em Portugal e que influenciou os intelectuais e reformadores da educação no Brasil, sobretudo nas políticas higienistas.

Nas matérias sobre a política higienista sobre a infância catalogamos discursos de médicos, educadores, religiosos, literatos e estudiosos da infância que utilizavam uma linguagem didática e educativa para informar as mães e educadores de como lidar com o desenvolvimento da infância e a educação da criança de maneira eficiente.

No ALLB encontramos informações sobre a criança e a infância em vários discursos higienistas. Foi possível observar que havia uma troca de informações sobre a criança e a infância que determinavam a circulação de um discurso higienista ideologicamente arquitetado sob a égide da civilidade e de elementos das ciências médicas e educativas. Os discursos higienistas tinham como principal preocupação combater à mortalidade infantil que era alarmante nos dois países. Enfim, identificamos que as várias edições do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileira são uma fonte documental que revelam uma polifonia discursiva de como cuidar da criança e da sua educação que se materializou na Europa e na América Latina.

FONTES

Novo Almanaque Luso-brasileiro (1892)

Novo Almanaque Luso-brasileiro (1897)

Novo Almanaque Luso-brasileiro (1905)

Novo Almanaque Luso-brasileiro (1906)

Novo Almanaque Luso-brasileiro (1907)

Novo Almanaque Luso-brasileiro (1908)

Novo Almanaque Luso-brasileiro (1910)

REFERÊNCIAS

BOLLÉME, G. Le puple par écrit. Paris: Éditions du Seuil, 1986.

BOTREL, Jean-François. Catálogo Almanak dos Almanques. In: MEYER, Marlyse (org.). Do Almanak aos Almanques. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 17.

FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYKER, Marlyse (org.). Do Almanak aos Almanques. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 20-21.

MEYER, Marlyse (org.). Almanak aos Almanques. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

PARK, Margareth Brandini. História e Leituras de Almanques no Brasil. Campinas São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil. São Paulo, Fapespa, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1992.

[1] A tiragem do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro (ALLB) chegou a girar em torno de 20.000 exemplares. O Almanaque teve um sucesso extraordinário no Brasil, em Portugal e em suas províncias ultramarinas africanas e asiáticas que suas edições chegavam a ter reedições. No ano de 1857 havia a previsão de uma tiragem de 24 mil exemplares.

[2] A Casa Granada foi fundada por pelo português Antônio Caxito Granado que veio para o Brasil em 1860, aos 14 anos de idade para trabalhar com o irmão farmacêutico João Antônio. Casa Granada teve muito aceitação pela população e principalmente pela Corte Imperial. Seu prestígio alcançou o período republicano entre estadistas, diplomatas, escritores, militares, comerciantes e outros profissionais. Personalidades republicanas eram frequentadores assíduos como: Rui Barbosa, José do patrocínio, Perreira Passos, Oswaldo Cruz entre outros intelectuais. Os proprietários da Casa Granada recorriam aos medicamentos da Europa e eram adaptados pelo Laboratório e vendidos no mercado nacional. Portanto, o modelo de Almanaque distribuído pela Casa Granada seguiu os padrões dos distribuídos pelo "Velho Mundo". O Almanaque Pharol da Medicina possuía aproximadamente 50 páginas e trazia textos como: anedotas, calendários com nomes de santos, charadas, cartas de leitores curados, informações sobre doenças, propagandas de médicos, atestados escritos por médicos, propagandas de medicamentos etc. O número total de edições foi de 56 exemplares. Sua tiragem foi alcançando números significativos visto que entre os anos de 1897-1905 foi de 50 mil exemplares, no período de 1913-1923 foi de 200 mil exemplares (PARK, 1999, p. 74-75).

[3] O Almanaque Biotônico Fontoura atingiu durante as décadas de 30 a 70 do século passado um número expressivo de dois três milhões de exemplares. De acordo com Ferreira (2001, p. 20), no contexto brasileiro, pode-se atribuir aos almanques um aspecto civilizador e do papel que representaram aos leitores uma vez que "chegando aos mais distantes sertões, aos povoados mais afastados, e mesmo nas cidades, numa integração de domínios rurais e urbanos". Ferreira (2001, p. 21) destaca ainda a força que teve o almanaque no Sertão brasileiro, "onde continua a ter os seus fazedores, entendedores, poetas, comparecendo em formato de folheto de cordel, e tendo um tipo de circuito assegurado".

[4] Cândido Fontoura nasceu em Bragança Paulista em 1885. Concluiu o curso de Farmácia em 1905. Em 1910, seu fortificante é licenciado pelo Serviço Sanitário do Estado. Em meados de 1915 ele traz para São Paulo a fórmula do Biotônico. A composição do Biotônico era indicado para combater a indisposição e mal desempenho escolar. Houve então muitas propagandas desse fortificante nas escolas.

[5] Em pesquisa realizada por nosso grupo de pesquisa nos Livros Perpétuos de Sepultamento de Menores no Cemitério de Santa Isabel que trata do número de óbitos, ilustra perfeitamente essa realidade frágil da infância, ao evidenciar que, no período de 1908 a 1911, existia um assustador índice de mortalidade de crianças.